



GT05. Crise e crítica: a urbanização contemporânea e os limites da reprodução social

USO E APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DO PARQUE DA CIDADE JOVENTINO SILVA EM SALVADOR/BA

Álisson de Almeida Alves
Universidade Estadual de Feira de Santana
alisson.geouefs@gmail.com

RESUMO: Este artigo explora a complexidade dos espaços públicos na cidade contemporânea, com um estudo de caso no Parque da Cidade Joventino Silva em Salvador - BA. A pesquisa revela que esses espaços, idealizados para lazer e interação social, são arenas de disputas e refletem a apropriação por diferentes grupos sociais, como o Complexo Nordeste de Amaralina e outros bairros da cidade. O objetivo é discutir a apropriação do Parque por diversos grupos, destacando as divergências na infraestrutura que se apresentam na área interna e externa. Observa-se que o cuidado com o Parque varia de acordo com a proximidade aos bairros nobres, como Itaigara, ou às áreas do Complexo Nordeste de Amaralina. Além disso, há uma territorialização evidente, onde diferentes grupos sociais se apropriam de áreas distintas do Parque.

Palavras-chave: Espaços Públicos; Apropriação; Parque da Cidade Joventino Silva

1. INTRODUÇÃO

Na cidade contemporânea, alguns espaços públicos assumem dentro da lógica da vida urbana como um lugar de lazer e do tempo livre. Gomes (2013) expõe uma cena urbana em Hong Kong, na China. Ele descreve um grupo de mulheres rindo, falando alto, comendo e bebendo no que parece ser um piquenique, e ainda destaca que, por se tratar de um domingo, a área estava densamente ocupada. Nas cidades do mundo hodierno, cenas como essas são comuns em lugares onde sujeitos estão em constante exposição, onde as atividades de ócio transformam-se em expressões humanas, e são esses os espaços públicos. Praças e parques são alguns exemplos do que podemos compreender por espaços públicos, que ainda hoje são reduzidos a lugares para recreação e divertimento, do encontro de diferentes grupos, mas que apresentam uma complexidade de discussão e análise mais ampla.

Imbuídos dentro de um sistema capitalista, os espaços públicos passaram a ser incorporados à lógica da mercadoria e a sua ideia como um espaço acessível e irrestrito a todos perde logicidade, uma vez que poucos se beneficiam do mesmo (Serpa, 2007). Essas restrições aos espaços públicos contemporâneos se manifestam através de enclaves físicos e simbólicos, o tornando lugares de disputa, que podem ser analisados a partir de dois conceitos-chaves: dominação e apropriação. O primeiro entendido pela ação do poder político e das elites no controle e produção desses espaços e o segundo pela apropriação, que pode se dar através da realização da vida humana, em que a diferença e desigualdade, sobretudo de classes sociais, se articulam no processo de apropriação espacial pelas classes dominantes. Acrescenta-se que a análise de espaços públicos na cidade contemporânea necessita de um olhar que englobe as dimensões políticas e sociais e dialogue com os aspectos formais e estruturais desses espaços. (Sobarzo, 2006)

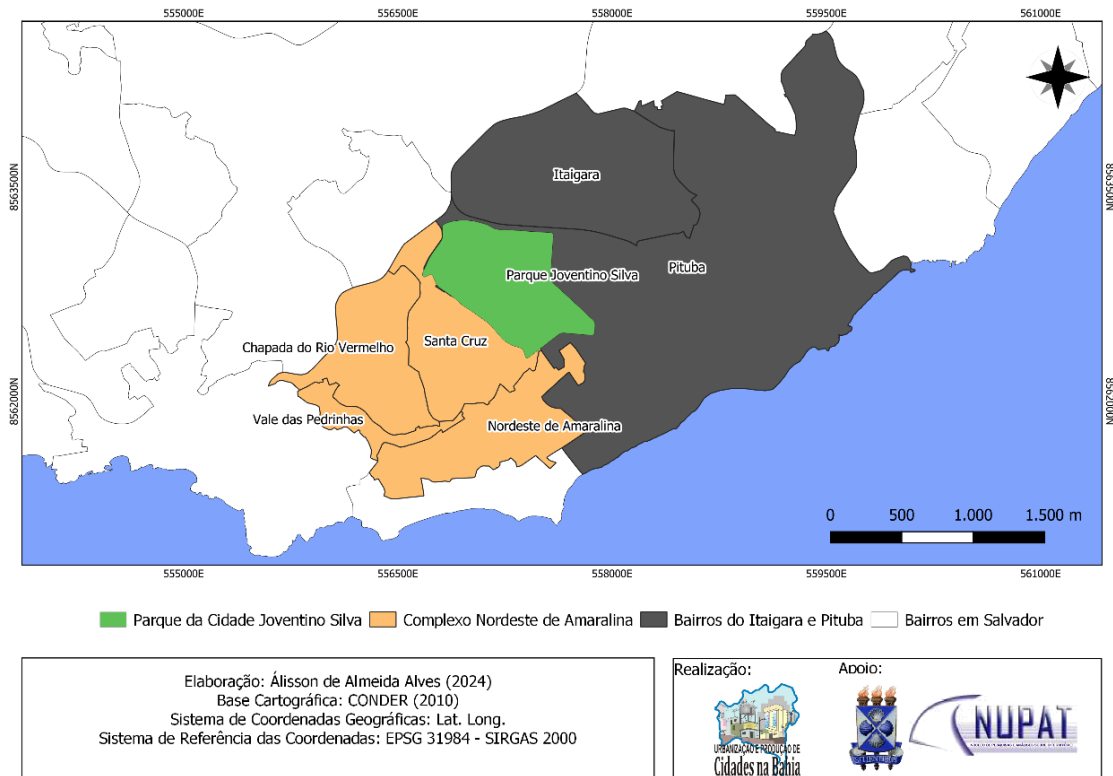
Pensados dentro do escopo capitalista, os parques públicos surgem com o ideal da renovação urbana à medida que contribuem para processos de segregação social. A ideia e concepção dos parques implementados nas cidades caracterizam-se como parte de um grande programa imobiliário, uma vez que contribuem para a valorização da área em seu entorno (Serpa, 2005). Dessa maneira, a ideia do parque público favorece a burguesia e o poder público, justificando o interesse dessas classes na dominação desse espaço.

A cidade de Salvador, capital do estado baiano, oferece espaços de visualização e análise crítica dos espaços públicos, ao considerar seu sentido comercial, especulativo, assim como, de análise da dominação e a apropriação desses espaços por camadas sociais divergentes. A capital baiana comporta hoje, quatro a cada dez domicílios em aglomerados urbanos, as favelas. Esse número a coloca como a terceira entre as capitais com maior número de domicílios em favelas, o que corresponde ao percentual de 41,8%, segundo a Base Territorial do Censo de 2022 (IBGE, 2022). Esse número revela a expressiva quantidade de moradores que ocupam as periferias de Salvador. Dentre elas, tem-se o Complexo Nordeste de Amaralina, uma das favelas presentes na capital da Bahia, qual consiste em um aglomerado de bairros, sendo eles: Santa Cruz, Chapada do Rio Vermelho, Vale das Pedrinhas e Nordeste de Amaralina; esse complexo de bairros apresenta 70.319 habitantes segundo Censo de 2022 do IBGE.

O Complexo, dentro de Salvador, tem uma localização geográfica que o aproxima de bairros popularmente chamados de “nobre”, são eles a Pituba e o Itaigara, conforme mostra a figura 1. Entre esses bairros socialmente distintos encontra-se um espaço público, o Parque da

Cidade Joventino Silva, conhecido como Parque da Cidade, cuja posição que se encontra o coloca em destaque ante à possibilidade de análise da dominação e a apropriação desse parque pelos moradores do Nordeste de Amaralina, Itaigara e Pituba.

Figura 1 – Delimitação da área de estudo Complexo Nordeste de Amaralina; Parque da Cidade Joventino Silva, Itaigara e Pituba em Salvador – BA, 2024



Sua localização ante duas áreas socialmente e economicamente distintas implica, na prática do seu uso, a convivência de dois grupos divergentes no que tange as camadas sociais, econômicas e culturais. Ainda que a ideia de espaço público evoque a possibilidade de encontros de diferentes grupos, no Parque da Cidade esse ideal se esbara através de uma divisão simbólica e de um marco físico que delimita as suas áreas de uso por determinados sujeitos, sendo moradores do Complexo do Nordeste de um lado, e moradores de outros bairros da capital baiana no lado oposto.

Destarte, o objetivo deste texto é discutir e apresentar a apropriação do Parque da Cidade Joventino Silva por diferentes grupos e sujeitos. Para essa análise, considerou-se a apropriação pela Comunidade do Nordeste de Amaralina e de moradores de outros bairros de Salvador.

Este texto se constituiu em base qualitativa através dos escritos de Heerdt (2007), que considera a relação existente entre o sujeito envolvido e o mundo. Executou-se também uma revisão bibliográfica em alguns autores como: Arendt (2004) e Habermas (1973), para discutir a noção de espaço público e esfera pública; Serpa (2005, 2007), para refletir sobre o espaço público na contemporaneidade e os parques enquanto espaços públicos nesse processo; Sobarzo (2006), Ferreira (2007) e Carlos (2014), para discutir sobre a apropriação e dominação dos espaços por camadas sociais destinadas.

Foram realizadas também pesquisas documentais, a citar, a análise o Plano Diretor de Salvador (2016); leis, como a Lei de nº 2549 de 1973, sobre a implementação do Sistema de Áreas Verdes do Município, o Decreto-Lei Federal nº 3365 de 1941, que dispõe sobre desapropriação por utilidade pública, o Decreto nº 4522 de 1973, que declara utilidade pública e desapropriada em regime de urgência de uma área situada no subdistrito de Brotas e o Regimento interno da Secretaria Cidade Sustentável.

No cerne desta pesquisa, o estudo de campo possibilitou, através da experiência direta com o local de estudo, observar, escutar e descrever situações e impressões ligadas ao foco da pesquisa, tais quais: a) infraestrutura do parque e dos equipamentos públicos; b) perfil dos frequentadores; c) espaços utilizados pelos frequentadores; d) fluxos e utilização do parque pelos frequentadores. Essa descrição se destinou, juntamente com as outras metodologias, para análise do espaço do Parque e seu uso e apropriação. Para além do descrito acima, o estudo de campo permitiu a coleta de material fotográfico a ser utilizado como recurso visual das situações e impressões descritas.

Para melhor aproveitamento da discussão deste artigo, o mesmo encontra-se dividido em três partes além da introdução e considerações finais. O primeiro item apresenta uma discussão acerca dos espaços públicos e sua apropriação, seguido do item três, que visa apresentar um panorama sobre o processo de criação do Parque da Cidade e por último, traça-se algumas considerações enquanto seu uso e apropriação.

2. Espaços Públicos e sua apropriação

O conceito de público, ou de esfera pública, consiste em uma complexidade teórica profunda e sua discussão considera as bases filosóficas que partem de conceitos-chave como o da vida política. O conceito de esfera pública é dual, contudo, se conecta em uma formação lógica e única. Em primeiro lugar, para Arendt (2004), público é aquilo que é visto e ouvido

por todos, posteriormente, público é o mundo à medida que esse é comum a todos nós. Além disso, seria um espaço propício para formação de opinião pública, onde o acesso a todos deve ser garantido. (Habermas, 1973)

A ideia de público deve considerar uma ação, que por sua vez se traduz em um agir político, no qual se manifestam interesses coletivos, e em que a individualidade é negada, uma vez que não representa interesses de todos. Nessa perspectiva, a esfera pública caracteriza-se antes de tudo não pelo espaço físico, mas sim, pela organização política de um grupo, onde há confronto do diferente, espaço que discursos podem ser vistos e ouvidos. (Ferreira, 2017)

Na modernidade, a ascensão do capitalismo incitou como uma das suas características o processo de individualidade, em que os sujeitos estão cada vez mais preocupados com suas questões individuais e abrem margem para a despolitização e avanço de ideias liberais. Nessa ótica, observa-se o silenciamento do discurso político e da ideia do que viria ser a esfera pública.

O entendimento que temos de espaço público carrega bases do que seria a esfera pública trabalhada por Arendt (2004) e Habermas (1973). O espaço público hoje compreende um lugar de acesso livre, irrestrito e acessível, como anuncia Serpa (2007). Essa acessibilidade não deve limitar-se a mecanismos estruturais ou a lugares abertos. Para a compressão de acessibilidade, deve-se considerar os entraves simbólicos dos espaços públicos, tais como, as atividades desenvolvidas no mesmo, considerando as possibilidades de acesso cultural dos sujeitos que utilizam esse espaço, dentre outros impeditivos que extrapolam as barreiras físicas.

Ao pensar a discussão sobre os espaços públicos a fim de trazer um exemplo que justifique os escritos acima, Mendonça (2007, p. 124) aponta algumas considerações sobre a praça como um “lugar intencional do encontro, da permanência, dos acontecimentos, de práticas sociais, de manifestações de vida urbana e comunitária e de prestígio [...]” Nesse sentido, a praça assume dentro do entendimento de um espaço público a possibilidade do encontro de todos, do diverso, do confronto de discursos diferentes, e da ação política.

Em 1498, em Florença, Gomes (2013) descreve a ocorrência de um ordálio¹. Na ocasião, uma pessoa passaria por uma prova de fogo onde a intervenção divina a livraria dos efeitos da chama. O que para nós é importante nessa passagem é a escolha do lugar para esse espetáculo, a Praça de Signoria.

¹ Processo judicial, usado na Idade Média, que consistia em testes de resistência (combate, fogueira, água fervente) a fim de se provar a inocência ou a culpa do acusado, cujo resultado era atribuído ao julgamento de Deus; juízo de Deus, prova.

Na praça se espalhavam os bilhetes que protestavam contra a tirania do Conselho, nas paredes dos prédios que se abriam sobre ela podiam ser lidas inscrições murais que exigiam mudanças; na praça as pessoas se concentravam para comentar e discutir; na praça apareciam os personagens de Savonarola; também lá as pessoas comuns costumavam passear e se exibir (Gomes, 2013, p. 96)

Para Peter (2009, p. 224, apud Gomes 2013, p. 97), as praças cumprem uma diversidade de funções, podendo ser de pontos de encontro, cenários para espetáculos, um lugar para se ouvir sermões, canções e discursos. Se mostram, portanto, dentro da vida urbana como um espaço público fundamental, uma vez que permite a expressão do sujeito, que observa e quer se fazer observar e da sua ação política.

Embora ainda hoje os espaços públicos carreguem características como as encontradas na Praça de Signoria, em 1498, os mesmos passam por algumas transformações, em tese, com o objetivo de alcançar o ideal da vida urbana. Esse, nas palavras de Caldeira (2000, p. 302), caracterizam-se por “ruas abertas, circulação livre, encontros impessoais e anônimos, presença de diferentes grupos sociais consumindo, observando-se, participando da política, divertindo-se etc.”

Contudo, o que se observa nos espaços públicos no mundo hodierno é a negação de certos grupos a esses espaços através de entreves físicos e simbólicos. Souza (2005) o considera como um lugar de “todos”, porém, destaca que hierarquias socioeconomicamente verticais a qual somos impostos dentro da sociedade inviabilizam esse vocativo atrelado aos espaços públicos. Nessa mesma lógica, Serpa (2007) destaca que os espaços públicos passaram a incorporar a lógica da mercadoria, e dessa forma, perderam parte de sua ideia como espaço irrestrito e acessível a todos.

Cabe destacar que toda essa conjuntura estrutural de acesso aos espaços públicos carrega herança histórica. No século XIX, na Europa, a modernização dos espaços urbanos surgia com o objetivo de embelezamento e diminuição dos impactos que o processo de industrialização trazia ao ambiente urbano, e esse projeto de embelezamento beneficiou instalações de praças e parques. Com isso, em um primeiro momento, favoreceu-se nesses espaços a apropriação pelas elites. Somente a partir do século XX, através dos movimentos que visavam dar voz aos anseios da comunidade trabalhista sobre o seu tempo livre, esses espaços passam a ser popularizados e apropriados por outros sujeitos. (Mendonça, 2007)

Já o espaço urbano, e sobretudo, o espaço público na cidade contemporânea, apresenta uma relação entre dominação e apropriação, como sinaliza Sobarzo (2006). Dessa maneira, de

coloca-se o espaço público com palco disputa onde a dominação fortemente representada pelo poder público e das elites age de forma criar estratégias para sua efetivação. Ações que operam para o desenvolvimento desigual, hierarquização das relações sociais em diferentes escalas geográficas a fim de manter a coesão social e impor diferenças funcionais no espaço são características dessa dominação. Por outro lado, a apropriação dos espaços através do uso é uma prática que age como enfrentamento da dominação, que pode ser realizada através da vida cotidiana e implicar na ocupação do espaço, em uma prática espacial.

Ainda hoje os espaços públicos são atravessados por ideais de apropriação e dominação porque os mesmos estão em constante uso por classes sociais distintas. Embora o espaço urbano, como assinala Carlos (1994), deva ser entendido como um produto, condição e meio do processo de reprodução social, o acelerado ritmo de apropriação do mesmo oblitera o valor de uso, em que os sujeitos consomem e se apropriam do espaço, pelo valor de troca, e reforçam a sua dominação pela elite e pelo Estado, com vistas ao ascender o preço de mercado (Ferreira, 2007)

Nessa lógica, a dominação se apresenta através da dominação política, em que a elite e o poder municipal produzem o espaço público conjugado com a ideia de acumulação do capital através de novos produtos imobiliários. A apropriação aparece na esfera de realização e materialização da vida humana nos espaços públicos e as práticas cotidianas subvertem a ideia de dominação por meio da resistência de permanência nesses espaços, ratificando-o como um meio para construção de relações de identidade e pertencimento. (Sobarzo, 2006)

Carlos (2014) traz uma interessante colocação sobre as práticas cotidianas ao colocar o corpo como uma forma poderosa de apropriação através da sua ação no espaço. Como exemplo, a autora destaca os “rolezinhos”. Esses, por sua vez carregam várias significações de apropriação do espaço através do corpo. Embora o mesmo ocorra comumente em locais privados, como shoppings, locais de consumo, essa ação revele também o poder do corpo que ao “tomarem espaços que não lhes são próprios, questionam seus acessos hierarquizados, numa sociedade de classes, com seus lugares e regras específicas”.

A apropriação através do corpo nos espaços públicos pode acarretar também em uma teia de significações do sujeito com o lugar, assim como assinala Narciso (2009). Essa relação de significações vai se concretizar através das formas como os indivíduos se relacionam com o espaço público, como se apropriam dele e como constroem suas identidades a partir dessas interações.

Dessa forma, compreende-se que a relação do corpo com o espaço, além de ser lida como uma forma política e/ou cultural de apropriação, imbrica também numa conexão do sujeito com o lugar, onde através da mesma, a constituição de uma identidade através das vivências do mesmo pode ser construída.

3. Processo de criação do Parque da Cidade Joventino Silva

O Parque da Cidade Joventino Silva, localizado na cidade de Salvador foi criado em 1973 através do Decreto de nº 4.522 de 31 de outubro de 1973. Esse decreto se fundamentava no Decreto Federal de nº 3.365 de 31 de junho de 1941 art. 5º inciso I e K, qual dispunha sobre criação, manutenção e melhoria de vias e espaços públicos, a execução de planos de urbanização, o parcelamento do solo para otimização econômica, sanitária ou estética e a preservação e conservação de monumentos históricos e artísticos, sejam isolados ou parte de conjuntos urbanos ou rurais, além de tomar medidas para manter e destacar suas características valiosas, e proteger paisagens e locais de grande beleza natural respectivamente. (Salvador 1973 Brasil, 1941)

Além do decreto federal, a criação do Parque foi respaldada por duas leis: a Lei Orgânica do Município nº 2.313, de 7 de junho de 1971, e a Lei nº 2.549, de 4 de outubro de 1973. A Lei Orgânica do Município incluía os artigos 45, inciso XIV, e 6, inciso XIV. O artigo 45, inciso XIV, tratava da promoção da arrecadação de tributos, preços públicos e tarifas devidas ao Município, garantindo sua aplicação adequada. Já o artigo 6, inciso XIV, abordava a proteção de monumentos e locais de valor histórico, artístico e paisagístico, além de incentivar a tradição das festas populares. A Lei nº 2.549 aprovava o plano de implantação do Sistema de Áreas Verdes do Município. (Salvador, 1971; Salvador, 1973)

O processo histórico que versa sobre a criação do Parque tem seus marcos desde antes das leis e decretos que dispunham sobre sua criação. Segundo Oliveira (2014) as áreas que hoje formam o Parque da Cidade e seus arredores foram as Fazendas Pituba e Amaralina. Dentro desse processo, no início do século XX houve uma espécie de loteamento das fazendas. A Fazenda Pituba foi acometida a um arruamento, o qual ocasionou a divisão do trecho em lotes que atualmente formam o bairro Pituba, enquanto a Fazenda Amaralina, em 1932, passou a compor o que hoje é a área do Complexo do Nordeste de Amaralina, caracterizada sobretudo por ocupações informais.

A partir de seus escritos, Oliveira (2014) anuncia que às terras que viriam a compor o parque pertenciam a Manoel Dias da Silva que foram herdadas por Joventino Pereira. Como anunciado anteriormente, ambas as fazendas estavam aos arredores do que hoje é o Parque da Cidade, contudo, a área onde hoje se insta o parque estava nas dependências de Joventino Silva, sendo naquela época denominada de “Mata do Joventino”.

Próximo a criação oficial do parque, a Prefeitura de Salvador entrou em negociação com Joventino Silva, visto que o mesmo tinha boa parte das áreas que hoje são o Parque. Através da legalidade, fazendo valer a lei de áreas verdes e o decreto de desapropriação, a Prefeitura exigiu o cumprimento dessa obrigação. Esse processo foi intermediado pelo Departamento de Parques e Jardins da Prefeitura.

Em 2014, o Parque passou pela primeira reforma desde a inauguração, que teve, segundo a Secretaria de Sustentabilidade, Inovação e Resiliência (SSIR) da Prefeitura de Salvador, como primeira intervenção o diálogo mais livre com os bairros circunvizinhos das áreas, com destaque também para a substituição de muros por portões de acesso e novo gradil. A proposta dessa reforma, embora anuncie essas aproximações com as comunidades circunvizinhas, não se concretizou, uma vez que a população do Complexo Nordeste de Amaralina vem utilizando cada vez menos dos espaços no Parque.

Por outro lado, a reforma promoveu melhorias nos equipamentos públicos, adição de outros espaços de lazer, a citar, a pista de skate, adição de camada de asfalto e ampliação das áreas. Contudo, vale salientar que poucas dessas mudanças refletem as infraestruturas voltadas a entrada da Santa Cruz.

4. Apropriação do espaço público do Parque da Cidade Joventino Silva.

As informações contidas neste item refletem os trabalhos de campo, assim como, conversas informais realizadas nas idas ao Parque da Cidade com seus frequentadores. Na oportunidade, tais conversas foram realizadas com sujeitos moradores do Complexo e de outros bairros da cidade de Salvador, não se restringindo apenas aos residentes dos arredores.

O Parque da Cidade apresenta duas entradas de acesso, uma localizada voltado ao bairro Santa Cruz e a outra voltada para o bairro do Itagira, na Avenida Antônio Carlos Magalhães. A partir dessa configuração, as áreas próximas a essas respectivas entradas apresentam

disparidades enquanto ao cuidado, a presença de equipamentos públicos, banheiros e áreas reservadas ao lazer como podemos observar através da figura 2.

Figura 2 – Croqui do Parque da Cidade Joventino Silva na Bahia dispondo do informativo da presença das áreas para lazer. Salvador – BA, 2024.



Entrada da Santa Cruz
 Arco de ferro
 Entrada do Itaigara

Através do croqui disposto no qual consta a localização de todos os equipamentos públicos, assim como, os espaços de lazer e socialização dentro dos limites do Parque (representando pelos ícones em laranjas), constata-se a maior presença dos mesmos nas áreas que se aproximam da entrada do Itaigara. Da entrada da Santa Cruz até o Arco de Ferro somente há a presença de três quadras, essas que se encontra atualmente em completo abandono. A aparência que se apresenta na imagem como quadras com grama sintética destoa da realidade, uma vez que as mesmas são de “barro”.

Do outro lado, os espaços e equipamentos que constam na entrada do Itaigara até o Arco de Ferro se apresentam em sua concretude e bem assistidos pelo poder público municipal. Iluminação, brinquedos, banheiros, barracas para o comércio etc, encontram-se apenas nas proximidades para o Itaigara.

Oliveira (2014) apresenta que a entrada voltada para a Santa Cruz transmite uma sensação de “porta dos fundos” e descreve como:

A visão do chão, de barro, sem calçamento, do lixo, do esgoto a céu aberto e da vegetação descuidada, aos fundos do parque, a ausência de policiamento, a impossibilidade de aproximação ao portão que levava à Região do Nordeste, por sugestão dos próprios passantes e dos moradores do local; o semblante destes moradores, associados à imagem das casas ali localizadas, carentes de infraestrutura, de assistência pública, criavam um cenário cuja sensação era de subordinação territorial, exclusão, conflito, insatisfação, insegurança, tensão, que em inúmeros aspectos destoavam da percepção visual capturada à frente do parque. (Oliveira, 2014. p. 171)

Esses adjetivos atribuídos à entrada voltada da Santa Cruz e seus limites dentro do Parque destoam, do que a autora chama de “frente” do Parque e descreve como uma área minimamente “maquiada” e com infraestrutura, além de anunciar que nos espaços limítrofes a essa entrada há áreas voltadas ao lazer. A distinção entre essas duas áreas é feita pela mesma a partir do Anfiteatro Dorival Caimmy, sendo a parte do Itagira a frente, e depois do anfiteatro, a parte de “trás”.

Constatou-se, em 2024, algumas mudanças nas características colocadas pela a autora, embora a sessão da entrada voltada para a Santa Cruz ainda carregue o estigma de “fundo” do Parque. A partir da reforma em 2014, a Prefeitura Municipal de Salvador através da Secretaria Cidade Sustentável, trouxe mudanças no que tange à conservação e ampliação da área construída, sendo colocada como primeira ação as intervenções em bairros circunvizinhos, que, segundo a mesma passaram a conversar de forma mais livre com as áreas do Parque da Cidade, substituindo muros por portões de acesso e novo gradil.

A ideia posta pela Prefeitura de um diálogo de forma mais livre com os bairros do entorno não se concretizou de maneira eficiente quando se considera o acesso da população do Nordeste de Amaralina. Ainda que os entraves infraestruturais, como os muros, hoje não se façam tão presentes, os entraves simbólicos para a acessibilidade desses grupos aos espaços do Parque ainda são marcantes.

A população do Nordeste de Amaralina enfrenta dificuldades de acesso ao Parque devido à ausência de equipamentos públicos e cuidados adequados nas áreas que são mais próximas a essa comunidade. Tal negligência resulta na baixa apropriação do espaço por essa população, como observado em campo e relatado por alguns moradores do Complexo ao afirmarem que “já ter frequentado mais os espaços do Parque antes”.

O marco que Oliveira (2014) coloca como fundante na divisão de duas áreas da “frente” e o “fundo” a partir do Anfiteatro, embora possa ser levado em consideração, apresenta algumas divergências com base nas análises realizadas em campo. Notou-se que os moradores do Complexo do Nordeste de Amaralina passaram a ocupar as áreas após o Arco de Ferro, que se encontra quase que no “meio” entre as duas entradas do Parque.

Nas oportunidades de campo, foram realizados diálogos com grupos de jovens que jogavam futebol no local. E quando questionados onde residiam, evidenciaram ser moradores do Complexo do Nordeste de Amaralina. Em um dos casos, um morador apontou para um grupo que se distanciava mais da área em que estava e que se aproximava do Arco de Ferro, falando: “aqueles não, aqueles não são daqui”. A afirmação dos jovens se confirmou a partir do mesmo questionamento feito ao grupo que se aproximava mais da área do Itaigara, que expressaram ser de um outro bairro de Salvador, que não se encontra nas áreas limítrofes ao Parque.

A hipótese da presença de frequentadores do Parque que não residem nos bairros limítrofes ao mesmo mostrou-se bastante possível. Além dos relatos dos próprios sujeitos que se encontravam desfrutando dos espaços da área verde, um outro indicador dessa realidade se deu através da observação do estacionamento que se encontrava lotado em um final de semana.

Percebe-se que a Comunidade do Complexo do Nordeste de Amaralina tem diminuído suas idas ao parque. Tal afirmação estava presente na fala de uma moradora quando colocou que “costuma ir mais ali, e que com o tempo, deixou de ir”. A luz dos escritos de Sobarzo (2006) se pode traçar algumas análises sobre o “não uso” desses espaços por determinada população.

Através dos ideais de dominação e apropriação, o Sobarzo (2006) adverte que o poder público e as elites empregam estratégias para consolidar seu controle e influência. A ausência ou escassez de cuidados e infraestruturas como brinquedos, banheiros, áreas de comercialização de alimentos e bebidas, e de lazer e recreação na área próxima à entrada da Santa Cruz revela tentativas veladas de excluir ou desmotivar a ida dos moradores Complexo do Nordeste de Amaralina a esse espaço.

Por outro lado, a apropriação do Parque pelos moradores do complexo ainda ocorre, embora de maneira menos significativa, principalmente pela resistência em usar alguns espaços para atividades de lazer. Mesmo em áreas pouco assistidas pelo poder público municipal, a presença de grupos esportivos, famílias e amigos é visível. Eles utilizam essas áreas do Parque para jogos de futebol, comemorações de aniversário e confraternizações e demonstrando a resistência e a apropriação contínua da comunidade.

Essa prática de apropriação das áreas do Parque por diferentes grupos revela o que Serpa (2007, p. 36) chama de “territorialização do espaço”. O autor anuncia que “O espaço público transforma-se, portanto, em uma justaposição de espaços privatizados; ele não é partilhado, mas sobretudo, dividido em diferentes grupos.” Serpa (2007) ainda denuncia que através dessas territorializações dentro de uma área, os usuários fortificam o ideal de uma esfera privada no espaço público, que resultam dessa forma uma ideia de territórios privados. Todo esse processo, por fim, resulta num ideal do parque público como uma espécie de imagem publicitaria para atrair futuros usuários. Destarte, perde-se a ideia de um espaço público.

Os escritos trazidos elucidam algumas reflexões acerca do Parque da Cidade Joventino Silva hoje. A partir de sua reforma em 2014 os entraves simbólicos que dividiam os públicos usuários do parque (Complexo Nordeste de Amaralina e outros bairros) ficaram ainda mais evidentes. Toda falta de infraestrutura em contraponto a alta infraestrutura em áreas diferentes do Parque caminha para ideia do mesmo como um produto paisagístico.

A parte do Parque que apresenta melhores cuidados e equipamentos públicos está de frente para uma grande avenida de em Salvador – a Antônio Carlos Magalhães, além de ser voltada para “bairros nobres” da cidade. Com base nas leituras em Serpa (2007), o Parque da cidade enquadra-se como produto da “instauração e consolidação de um mercado da paisagem e do paisagismo” e dessa forma caminha para um objeto de “representação estética, teatralizada e simplificada da “Natureza” no contexto urbano”.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir então que o Parque da Cidade Joventino Silva hoje tem seus espaços utilizados por diferentes grupos sociais, econômicos e culturais, também sendo representados pelos moradores do Complexo Nordeste de Amaralina e de outros bairros de Salvador. Revelou-se que a população do Complexo diminui sua frequência no uso dos espaços do Parque.

Às áreas nos limites internos do Parque da Cidade apresentam diferentes cuidados, sendo um Arco de Ferro que se encontra no meio um marcador físico para visualização dessas diferenças. A área voltada para o Itaipara apresenta melhor infraestrutura, cuidado e presença de equipamentos públicos em detrimento a área voltada para o Santa Cruz. Essa mesmo Arco

de Ferro marca também os espaços que são usados por diferentes grupos no parque e revela que a apropriação simbólica dessas áreas é dividida e caracterizada como a entrada da Santa Cruz até o Arco, usada e apropriada pela Comunidade do Nordeste de Amaralina. Da entrada do Itaigara até o Arco, usada e apropriada por outros bairros.

Destarte, evidencia-se que o Parque da Cidade Joventino Silva está dentro de um projeto do mercado paisagístico, e que a não assistência do poder público municipal para área voltada a Santa Cruz gera desinteresse para os moradores do Complexo em frequentarem o Parque. Contudo, salienta-se que mesmo com a diminuição da presença desses corpos no espaço do Parque, grupos dos bairros do Complexo resistem, existem e se apropriam, a sua maneira desse espaço público.

5. REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. 10.ed. Rio de Janeiro, 2004.

BAHIA. Decreto nº 4522, de 31 de outubro de 1973. **Declara de utilidade pública e desapropria, em regime de urgência, uma área com 1.255.278,20m², situada no subdistrito de Brotas**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/>. Acesso em: 21 de jul. 2024.

BRASIL. Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941. **Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública**. Brasília, Casa Civil, 1941. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3365. Acesso em: 21 de jul. 2024.

FERREIRA, Alvaro. A produção do espaço: entre dominação e apropriação. Um olhar sobre os movimentos sociais. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2007, vol. XI, núm. 245 (15). Disponível em: <https://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24515.htm>. Acesso em: 21 de jul. 2024.

GOMES, Paulo César da Costa. **O lugar do olhar: elementos para uma geografia da visibilidade**. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2013.

HABERMAS, Jurgen. **La esfera de lo público**. Tradução de Francisco Gálvan Diaz. Editorial Shurkam, Frankfurt, Main, 1973.

HERDET, Mauri Luiz. **Metodologia Científica da pesquisa: livro didático**. Palhoça, Unisul Virtual, 2007.

OLIVEIRA, Rafaela Campos de. **O que a Lei afirma a cidadania confirma? Panorama das áreas verdes em Salvador: Parque da Cidade Joventino Silva, entre verso e averso**. 2014. 213 p. Arquitetura e Urbanismo. PPGAU, Dissertação de Mestrado, FAU, UFBA. Salvador – BA.

SALVADOR. Lei nº 2.549, de 4 de outubro de 1973. **Aprova plano de implantação do Sistema de Áreas Verdes do Município e dá outras providências**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/>. Acesso em: 21 de jul. 2024.

SALVADOR. Lei nº 2313, de 07 de junho de 1971. **Estabelece a lei orgânica do município do salvador**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/>. Acesso em: 21 de jul. 2024.

SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. Contexto, São Paulo, 2007.

SERPA, Angelo. Parque público: um “álibi verde” no centro de operações recentes de requalificação urbana? **Cidades**, Chapecó, v. 2, n. 3, p. 111-141, 2005.

SOBARZO, Oscar. A produção do espaço público: da dominação à apropriação. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, n.19, p. 93 - 111, 2006.